

## ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2003, na sala de reuniões do CAP, às 10:00 horas, sob a presidência do Sr. José Carlos de Oliveira Mendes reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos conselheiros Juarez Morais e Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Cláudio Fernando Daudt, Ogarito Borgias Linhares, Orsival Francisco, Michael Martins da Silva, José Sílvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Arivaldo Barbosa José, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Airton Galinari, Zulfiro Antônio Bósio, Luiz Antônio Fayet, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, João Gilberto C. Freire, Luiz Antônio de Mattos e dos convidados, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos, Marco Antônio Franco, Delegado da Receita Federal, José Albino Gonçalves Neto, Chefe do Serviço de Vigilância Agropecuária em Paranaguá, Weitor Wallace de Mello e Silva, Ferroeste, Tenente Coronel João José Ramirez Júnior, 9º Batalhão da Polícia Militar.

**Abertura da Reunião:** O Presidente deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

**Justificativa de Ausência:** Dos Conselheiros: Hélio José da Silva, Carlos Alberto Silveira Calvo, Carlos Alberto Frisoli, José Carlos Gomes Carvalho e o convidado Antônio Vieira da Silva Hadano e informou sobre o representante do IBAMA, que voltará a insistir no convite pois sua presença é de suma importância.

**Aprovação da Ata:** Por unanimidade a Ata 114ª da Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas.

**Informe:** Número de Operadores Portuários regulares operando no porto são de 54. Deu conhecimento aos conselheiros sobre o ofício 204 da APPA que revoga a Ordem de Serviço da Administração, em que mantinha as contas gráficas do FUNMAR, FUNPORT, FUNSILO. As razões da APPA diz que os fundos contrariam a Lei. O Conselheiro Gori solicitou um tempo para analisar o assunto para depois opinar à respeito. No entanto, o Dr. Mário disse que o entendimento a que se chegou foi que os fundos são jurídicos. E para a criação de um fundo haveria necessidade de uma legislação específica, que a própria APPA não tinha autoridade para criá-los. A APPA pretende continuar investindo nas três contas bancárias. Foi questionado sobre a dragagem criada pelo CAP. Como ficaria? O Conselheiro Mário respondeu que: o que se questiona é a possibilidade do CAP criar um fundo público, pois os fundos públicos têm alguns requisitos jurídicos constitucionais. A Conselheira Maria do Socorro disse que foi relatora da criação, não do Fundo de Dragagem, mas de outros fundos e que foi constituída uma comissão especial decidindo colocar os Fundos na Tarifa Portuária, sendo a única forma de negociação. O Porto de Paranaguá foi o único porto do Brasil ter a revisão tarifária. O único CAP que conseguiu. Nenhum Porto no Brasil sofreu alteração tarifária. Foi uma situação das mais difíceis que poderia acontecer. O Ministério se envolveu. Todo mundo se envolveu. Foi passado para Paranaguá o que Santos não conseguiu. Nenhum porto aprovou. Então, esse fundo foi criado na tarifa porque o Porto estava em situação de caixa baixo estava praticamente falido. O Porto hoje está com dinheiro em função dessa aprovação, da criação desses Fundos. Houve uma negociação muito forte, uma responsabilidade dentro do Conselho de que esses Fundos não iriam para um caixa único. Que esse dinheiro seria utilizado efetivamente nas áreas de necessidade do Porto. Definidos em conjunto, senão, não teria aprovação do Conselho. Muitos dos conselheiros foram pressionados por suas entidades, como os armadores, a ABTP. Sugere que seja muito bem pensado, pois foi um compromisso do conselho que levou o porto a ter o caixa que tem hoje, e isto porque custou três meses de trabalho e negociação. Se vão eliminar os Fundos a tendência é que o Conselho se retraia cada vez mais, porque a Lei dos Portos não alterou. É no CAP que se aprova a tarifa do Porto. Não está alterada a Lei. São quatro blocos. Têm que ter a votação. O Conselheiro Galinari falou que revendo a parte histórica da aprovação dos Fundos, recebeu uma pressão muito forte das entidades, como representante da AEB. A condição dos conselheiros, foi porque todo o dinheiro que entrava no caixa da APPA era comprometido com as ações trabalhistas. Então concorda que se tem que avaliar melhor. O Conselheiro Mário fez algumas ponderações; dizendo que os valores depositados nas contas bancárias denominadas Fundos são receitas tarifárias INFRAMAR, INFRAPORT, INFRACAI; se fossem fundos teriam personalidades jurídicas e conseqüentemente seriam receitas provenientes dos respectivos fundos. Os fundos da APPA não têm. Estavam sendo chamados impropriamente de fundos. Quando viesse a tal penhora trabalhista, tão temida, ela poderia pegar o dinheiro do FUNMAR. A Conselheira Maria do Socorro disse que isso não aconteceu. O Conselheiro Mário Lobo Filho disse que a conta é titularidade da APPA, se isso nunca aconteceu porque o caixa da APPA tem sido suficiente para prover as penhoras. Neste ano o porto não encontrou nenhuma dificuldade para pagar as tais penhoras trabalhistas. Embora altas. Se fosse insuficiente, não teria nenhuma dúvida que, as

colocou que essa revogação do chamamento de uma rubrica orçamentária de fundo está vinculada, primeiramente, porque é uma questão legal. Que fundos são criados por lei. Segundo aquilo que está programado nos fundos, foi transformado num programa administrativo do porto e terá o controle do Tribunal de Contas e a transparência mensal da publicação das metas e da efetividade da sua realização. Avança-se duplamente, toma conhecimento o CAP, toma conhecimento a sociedade da destinação do recurso. É um avanço importante na ampliação do controle e na transparência da destinação do dinheiro público. Na seqüência falou sobre o **Relatório Gerencial da APPA**: que foi distribuído aos Conselheiros e Convidados, superando os gráficos, disse que o gerenciamento é a questão da safra de milho que se realiza e que se sobrepõe a parcela da safra de soja, e é uma preocupação de todo o setor de granel, paralelamente a isso tem o processo forte de fertilizantes, superando as metas do exercício anterior. Sobre a movimentação de cargas no período de julho/2003, destacou a Movimentação de Carga Geral – Exportação (291.600 toneladas), Importação (131.176 toneladas); Granéis Sólidos – Exportação (1.679.351 toneladas), Importação (561.011 toneladas); Granéis Líquidos – Exportação (407.824 toneladas), Importação (71.982 toneladas); Contêineres – Exportação (12.808TEU), Importação (12.618 TEU); Veículos Exportados (1.486 unidades), Veículos Importados (103 unidades); Movimento de Navios no Porto: 208 atracções. **Relatório Gerencial do Porto de Antonina**: distribuído cópias aos presentes. Com a palavra o Conselheiro Juarez que destacou os aspectos específicos, tais como: que houve um crescimento até julho/2003 em 55,70% em relação ao mesmo período de 2002, os siderúrgicos com quase 100%, de crescimento, em fertilizantes agregou em torno de 25% , mais a movimentação do sistema portuário. Com relação a receita e despesa, a receita de agosto/03 ficou em R\$ 426.000,00 projetando receita anual superior a R\$ 5 milhões. A **Inframar**, o Porto tem arrecadado, nos últimos anos, um valor de 4.580.655 em valores nominais. A Receita Cambial como destaque tem um crescimento de 33% em relação ao ano anterior somando até o momento 133 milhões de dólares corresponde a 5% do volume que Paranaguá representa na balança cambial do país. O Conselheiro Orsival informou que feito um levantamento chegou-se a conclusão que o volume de carga embarcado no porto de Paranaguá já gerou a notícia que neste ano contribuiu com a Balança Comercial Brasileira com 2 bilhões de dólares. O Conselheiro Bósis, aproveitando da oportunidade parabenizou o Conselheiro Juarez pelo excelente trabalho que vem realizando frente a Diretoria do Porto de Antonina. **Comissão de Atração de Cargas e Fomento e Ação Industrial e Comercial do Porto**: Tendo em vista a ausência do Relator Calvo, o Presidente solicitou ao Sr. Orsival que se pronunciasse sobre o assunto. O Conselheiro informou sobre o andamento da movimentação da Comissão de Atração de Cargas que reuniu-se em várias ocasiões juntamente com usuários, exportadores e terminais. Na área de congelados foi justamente uma carga escolhida para que se procurasse encontrar formas de incremento desse volume em Antonina e Paranaguá, onde foram detectados problemas transmitidos ao Serviço de Vigilância Sanitária local. Aproveitando da oportunidade das presenças do Dr. José Amauri Dimarzio, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e o Dr. Maçao Tadano, Secretário da Defesa Agropecuária, e demais autoridades do Ministério da Agricultura, no dia 14 de agosto/2003, em Paranaguá. Foram entregues documentos contendo reivindicações que agilizem os desembarços de cargas congeladas, fertilizantes e granéis nos Portos de Paranaguá e Antonina. Nessa oportunidade o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, solicitou aos membros da Comissão que se criasse um Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura, da APPA e dos Usuários para que se desenvolva uma ação dando seqüência a cada assunto que foi reivindicado. Dr. Albino agradeceu aos Conselheiros quando da visita das autoridades do MAPA na APPA. Informando que foi aprovada a contratação de 04 médicos veterinários para o Porto de Antonina que fará parte dos Serviços de Vigilância Agropecuária de Paranaguá. Na área de fertilizantes estão recebendo novas linhas telefônicas, um terminal do Siscomex, para agilizar os procedimentos de liberação de importação, tudo isso graças ao Fórum realizado no CAP. Com respeito a soja embarcada para a China, com terra, com ervas daninhas, com expurgos, e que está saindo com contaminantes, foi enviado um documento a Brasília para identificar quais os Portos que estão carregando dessa maneira, não acreditando que seja por Paranaguá, porém, foi feito contato com a missão da China e àquele país se comprometeu a identificar os portos. Estuda-se no Ministério a criação de um sistema de classificação mais apurado na exportação, apesar que a CLASPAR faz esse tipo de serviço com qualidade. Está sendo definido uma posição quanto o "top of". O "top of" em certas ocasiões ajuda na parte comercial mas estraga a performance da questão fitossanitária com os recebedores no exterior. O Conselheiro Orsival retornando ao assunto da soja embarcada para a China informou que esteve participando de reunião no dia 19 de agosto/2003, no Departamento de Defesa de Inspeção Vegetal, entregando uma carta ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em atenção do Dr. José Amauri Dimarzio, com o

seguinte teor: "sobre as reclamações junto ao Itamaraty feitas pelo governo chinês, com referência as impurezas e outros problemas com soja brasileira desejamos registrar o seguinte: 1. O Governo Estadual do Paraná efetuou várias ações para assegurar a qualidade da soja exportada pelo porto de Paranaguá, entre outras promoveu uma reorganização em 2003 da empresa estatal CLASPAR, que vem garantindo segurança no padrão de exportação dos cereais a granel que vem embarcando. 2. Corroborando esta verdade juntamos relatório da empresa estatal CLASPAR, demonstrando a grande porcentagem de cargas refugadas no porto para embarque, que denota o cuidado com a qualidade dos grãos sólidos destinados ao comércio exterior via Paranaguá. 3. Por outro lado a Administração do Porto de Paranaguá desde já se coloca inteiramente a disposição das Autoridades Federais para verificar "in loco" a qualquer momento as operações de nosso porto, bem como, todos os documentos relacionados ao recebimento e expedição dos cereais a granel. Nesse sentido, fizemos comunicação as entidades controladoras de qualidade de soja e derivados para que tornem transparente os resultados das análises e classificações realizadas, especificamente dos carregamentos em Paranaguá, inclusive efetuado por entidades contratadas pelos Importadores da China. 4. Quanto a reclamação do carregamento do navio "ALPHA HAPPINESS" inserida no documento enviado pelos chineses, esclarecemos que o navio citado foi embarcado em Santos, tendo zarpado em 10/03/2003 daquele porto para a China. 5. Devemos também esclarecer que em Paranaguá um único navio foi carregado parcialmente, portanto efetuou a operação "TOP OF". Todavia, deixamos claro que tratou-se do navio "HABIL DUCKLING", saído em 30/07/2003 com 15.750 tons de soja segregadas em porões separados, livres, portanto de misturar com a soja carregada em porto anterior. Certos de contarmos com as providências do Governo Federal através dos Ministérios responsáveis para a manutenção do bom nível de nosso mercado externo, particularmente em relação a China, antecipamos os agradecimentos, firmando-nos atenciosamente, EDUARDO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, Superintendente da APPA". Essa correspondência recebeu um retorno através de um fax do Ministério da Agricultura do Secretário Nacional Executivo, no dia 28 de agosto/2003, dizendo: "ao cumprimentar V.Sa. agradeço a atenção do Porto de Paranaguá no envio de considerações referentes as reclamações junto ao Itamaraty feitas pelo Governo Chinês sobre impurezas e outros problemas com a soja brasileira. Atenciosamente, Eng.º Agrônomo José Amauri Dimarzio". Acredita que os chineses generalizaram e a APPA não podia fazer nada além da obrigação. **Comissão de Acompanhamento do Treinamento Portuário:** O Conselheiro Arivaldo relatou que a Comissão reuniu-se no dia 06 de agosto/2003, ficando definido que pela demanda de trabalhadores, que compõem a Comunidade Portuária (TPAs, APPA, Operadores Portuários dentro do Porto organizado), chegou-se a conclusão de que os recursos repassados para a DPC são insuficientes para atender as necessidades de qualificação e requalificação que ora se exige e que dada a relevância do assunto, recomenda-se que se oficialize aos Órgãos Federais incumbido no repasse de verbas, quais sejam a DPC (Departamento de Portos e Costas) e o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), solicitando recursos, proporcionalmente arrecadados de acordo com a importância de cada porto em números de trabalhadores, para que se possam cumprir os objetivos, que é instituir o treinamento no Porto de Paranaguá visando maior competitividade. Que os valores recolhidos são via GPS (INSS) com um percentual de 2,5% (dois e meio por cento) sobre a mão-de-obra bruta, paga pelos Operadores Portuários e recolhida pelo OGMO. Valores estes repassados para a Diretoria de Portos e Costas – DPC, os quais deveriam retornar em um montante bem maior do que está vindo, dentro de um prazo mais curto. Os repasses geralmente são efetuados no segundo semestre do ano subsequente, com isso os cursos correm o risco de não serem realizados por falta de verba/tempo. O Ogmo/Pr, sempre procura custear antecipadamente os custos dos cursos para que o cronogramas (PREPOM) seja atendido e cumprido dentro de sua totalidade, sem prejuízo para os trabalhadores portuários avulsos – TPAs. Foi solicitado, pelo OGMO/PR., 60 cursos para o exercício de 2003, somente 37 foram aprovados e estão em andamento. O Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro Ogarito, para falar sobre a **Comissão de Acompanhamento Dragagem, Manutenção e Modernização da Infra-Estrutura Portuária – FUNMAR:** disse então que a Comissão se reuniu, a discussão foi focada em dois pontos primeiro a redução de calado em Antonina, que preocupa a todos, segundo a questão objetiva de como resolver, que remete a discussão do contrato da Bandeirantes. A Bandeirantes disse que não tem a obrigatoriedade e questiona isso administrativamente. Está sendo questionado, também, administrativamente pelo Porto, com uma interpelação extra judicial, que já venceu seus prazos. Ela apresentou suas respostas; ou se chega a um denominador comum quanto as questões de Antonina e outras, ou vai ter que partir para um processo judicial de dissolução do contrato, o que obviamente levará a uma nova realidade do sistema de dragagem no Porto de Paranaguá, é a síntese da situação da dragagem de Antonina. Jamais foi feita dentro do contrato, dos quais a APPA gerencia, essa é a situação

atual. O Conselheiro Mauro Marder reportando-se ao Terminal de Contêineres, disse que o berço ficará pronto em 30 de novembro. Um berço que faz falta em Paranaguá, que vai segregar as operações de uma plataforma de navios "Ro "Ro", operações de contêineres e navio de carros. O calado em frente ao berço chega a 1 metro, Paranaguá terá um berço inoperante. Paranaguá está tendo 62 escalas por mês de navios de contêineres, o tempo de espera passou a ser nove horas em função da falta de berços esse tempo de espera vai continuar aumentando. O Conselheiro Ogarito disse que teria uma boa notícia, o berço 11 do cais público estará disponibilizado, para operação de contêineres, muito antes desse prazo vai trazer um berço a mais ajudando muito a operação. Quanto a questão da dragagem, a discussão é do contrato, e a APPA tão logo tenha a condição definida o CAP será o primeiro a ter as notícias. O Conselheiro Fayet, disse que se preocupa com a paralisação da dragagem e as informações colhidas, informam que a Bandeirantes teria direito a uma remuneração que não foi paga. Gostaria de obter esclarecimentos oficiais se há alguma pendência financeira, mesmo porque existe recurso no Fundo, se está vinculado a algum problema jurídico ou que tipo de discussão. O Conselheiro Ogarito explicou que existe um contencioso sobre três meses. Os três meses do repacto, onde a Bandeirantes entende que deveria receber, e o porto entende que no período de repacto, já que havia desde os meses de outubro, novembro e dezembro, cartas da Superintendência solicitando a urgência da vinda da draga em consequência do calado estar na ordem de 13 metros e meio ou até menos de profundidade. Não houve o atendimento. Aconteceu em abril. Entendeu o porto que esses três meses do repacto não cabem como ressarcimento. O Conselheiro Fayet ficou satisfeito com a explicação do Dr. Ogarito e continuando com a palavra disse que são dois lados da história, a Administração vai ter que tomar medidas para resolver o problema, essas medidas levam tempo, de outro lado que poderão ocorrer prejuízos de acordo com a lei. A responsabilidade é da APPA, no caso. Em todas as justificativas que se tem ouvido, ponderáveis, na parte dos Diretores da APPA, porém é um problema complicado. A notícia de que o porto está tendo uma redução drástica de profundidade já é um fato de conhecimento do sistema operacional portuário brasileiro e isso vai conspirando contra o sistema portuário de Paranaguá, O Conselheiro Ogarito respondeu que, quanto as questões dos prejuízos, a média do calado de Paranaguá é superior a média da profundidade existente do mês de outubro a dezembro de 2002 a janeiro de 2003, quando a nova Diretoria assumiu a APPA, inclusive nos berços. A média das profundidades, é um dado que atende a APPA. O fato é concreto. Sendo que hoje o porto tem mais profundidade do que tinha em janeiro. O Conselheiro Bósio reafirmou as considerações do Dr. Fayet dizendo que teve uma reunião na AEB, no Rio de Janeiro, e eles já têm o conhecimento do calado do Porto de Paranaguá, e realmente a preocupação é muito grande, inclusive pediram que o CEXPAR interviesse em saber exatamente da situação que se encontra o calado do Porto e querem por escrito. Gostaria, então que o porto se manifestasse ao CEXPAR que é parceiro legítimo representante da AEB, no Paraná, para os usuários e gostaria de passar essa informação a AEB do Rio de Janeiro que é responsável direta sobre esse assunto. O Conselheiro Ogarito se manifestou dizendo que os dados são públicos e que estão a disposição a qualquer tempo estão a disposição para aquilo que for perguntado. O Presidente solicitou a apresentação da **Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos e de Manutenção – FUNPORT e FUNSILO**: O Conselheiro Silvio Gori informou que a Comissão reuniu-se no dia 22 de agosto/2003, e que a ata dessa reunião foi passada a todos os membros da Comissão. Na sequência o Sr. Presidente deu posse ao novo membro do Conselho Sr. Michael Martins da Silva, suplente do representante dos Armadores, pelo Syndama. O mesmo disse que tem muita satisfação em participar do Conselho, uma vez que faz parte de mais dois CAPs. O que gostaria de fazer na apresentação só atualizar algumas metas de comparação e evoluções dos portos a partir do processo da privatização, evolução de performances de produção e de custos e depois investir, não tanto no quadro genérico mas num foco no Porto de Paranaguá. O Presidente disse que o Estado do Paraná conta com um Porto privilegiado, e o CAP terá o privilégio de contar com a presença do novo integrante do Conselho, que trará seus conhecimentos na área. Após passou aos três últimos temas da pauta. O Conselheiro Fayet, solicitou, que na falta de um jurídico, na reunião, que o assunto dos transgênicos ficasse para a próxima reunião do CAP. O Presidente passou a palavra para o Conselheiro Bósio que relatou sobre a Ação Propositiva solicitando a criação de uma Comissão que ajude o CEXPAR que já tem o apoio da AEB e do FUNSEX, sobre a viabilidade do cereal duto partindo de Ponta Grossa. O CEXPAR, com o apoio da AEB e FUNSEX, decidiram criar um projeto de viabilidade de estudo de cereal duto, até a próxima reunião que será no dia 26 de setembro/2003, terá uma posição mais concreta. O segundo assunto é sobre a segurança. Onde todas as autoridades brasileiras para discutir sobre o bio terrorismo, no Rio de Janeiro. Tem-se a recomendação da AEB que deverão ser tomadas algumas medidas, não inverter qualquer tipo de decisão, pois a decisão americana já está tomada. É lei. Vai entrar

Presidente : José Carlos O. Mendes  
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo  
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 CEP 83.221.030 – Paranaguá –Pr.  
Telefax (041) 420-1360 E-mail cappgua@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária dos  
Portos de Paranaguá e Antonina**

em ação a partir de dezembro. No entanto, a preocupação é que essa lei, no fundo, é uma forma de criar barreiras técnicas quanto as exportações. A segurança deve ser cumprida, respeitar as normas porém, estão-se tomando ações preventivas para que não crie barreiras técnicas de exportações dos produtos brasileiros. O Presidente informou que no dia 14 de agosto houve uma reunião na ANTAQ, em que foi convidado, por compromissos anteriormente assumidos não pode comparecer, porém o suplente esteve presente e enviou uma série de documentos que serão repassados a todos os Conselheiros. Que a nível nacional sobre as providências que estão sendo tomada, o CAP deverá seguir. Na seqüência o Conselheiro Bósio disse que participa de reuniões junto a AEB, e o assunto sobre terrorismo é debatido seriamente junto a coalizão empresarial brasileira. O presidente, cogitou que a Comissão de segurança deveria se reunir na próxima semana. Designou o Conselheiro Juarez, com a aprovação do Conselheiro Bósio para ser o relator da Comissão de segurança. O Comandante perguntou ao Conselheiro Mário Marder, Qual é a regulamentação? Que órgão regulamentou, no Brasil? O Presidente informou que há uma resolução de 03 de junho de 2003, que dispõe sobre as diretrizes observados os planos de avaliação, instalações e planos de segurança portuária e dá outras providências. O Conselheiro Mário Marder disse que é uma lei internacional. É um acordo que todos têm que seguir. O Presidente solicitou que o CAP contribuísse na agilização desse assunto. O Conselheiro Marder disse que a iniciativa foi do Ministério da Justiça, no sentido de cumprir normas internacionais, mas o órgão que está colocando em prática é a ANTAQ, existe um conselho com os portos que tem se reunido em grupo técnico, fazendo as determinações. E o cronograma que deve ser cumprido. O Presidente definiu que o Conselheiro Juarez tenha uma resposta, para esse assunto, para a próxima reunião. O Conselheiro Marder disse que o que prevê a regulamentação em cumprimento a norma internacional é que os terminais ou as atividades portuárias façam seus planos de segurança. Posteriormente esse plano será agregado ao plano nacional sob o controle da ANTAQ. A Comunidade Portuária terá muito trabalho e a ANTAQ deverá acompanhar esse trabalho. O Conselheiro Fayet informou sobre o andamento dos trabalhos em que participa junto ao Ministério dos Transportes, sobre portos e ferrovias. Encaminhou a minuta do novo PROHAGE aprovado por unanimidade no GT de Política Portuária, mencionando que a matéria foi enviada ao Ministro dos Transportes que encaminhará à Presidência da República propondo a edição de decreto. Reportou também que como representante da Confederação da Agricultura na Câmara de Política Ferroviária, propôs a sustação da venda de imóveis da RFFSA para reavaliação do interesse face as novas políticas de logística e, também, a criação de um sistema integrado (tipo PROHAGE.), estabelecido pelo governo federal, para liberação das autorizações ambientais de construções ferroviárias. Entregou ao Conselho a minuta da norma regulatória sobre "tráfego mútuo e direito de passagem" no sistema ferroviário, e as sugestões da FAEP, tendo em vista a audiência pública aberta pela ANTT. Decepcionou-se com o Plano Plurianual de Investimentos do Ministério dos Transportes, quando em reunião na sede da Confederação Nacional da Indústria onde se discutiu todo aquele arsenal de informações que foram colhidos no Brasil inteiro sobre prioridades, no Paraná teve-se o cuidado de se articular com o porto, Ferroeste, DER, e com o Governo do Estado. Ficou surpreso quando viu a consolidação dos investimentos chamando atenção no sentido de se tomar atitudes políticas porque a decisão do Ministério dos Transportes que concordou que deveria abrir novos canais para a ocupação do Brasil. Consolidação, inclusive da ocupação dessas áreas fronteiriças. Chegou-se a conclusão que as obras prioritárias deles são: Ferro anel de São Paulo, e a continuidade da Ferronorte que vai chegar em Rondonópolis e vai levar mais de cinco milhões de toneladas de carga para o terminal de Santos, isto é declaração do Secretário Executivo do Ministério dos Transportes. Sendo assim o Paraná ficou fora das prioridades ferroviárias, e na questão portuária não foi tocada. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, marcando a próxima reunião para o dia 26 de setembro de 2003 e tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.